

ED-RR 1.630/2000-007-17-00.1 – 1ª Turma, Rel. Emmanoel Pereira – DJU de 17.03.2006

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSIÇÃO DE PENA DIÁRIA. ARTIGO 11 DA LEI Nº 7.347/85. POSSÍVEL VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5º, II, LIV E XXII, E 170, *CAPUT*, II E III, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. CONTRARIEDADE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 54 DA SBDI-1. INEXISTÊNCIA.

1. A fixação de multa que assegure a eficácia de imposição de obrigação de não fazer imposta por sentença de ação civil pública tem amparo em expressa disposição de lei (artigo 11 da Lei nº 7.347/85) e, portanto, não importa em violação dos artigos 5º, II, LIV e XXII, e 170, *caput*, II e III, da Constituição Federal de 1988.
2. Com efeito, **a referida multa não se confunde com a cláusula penal estabelecida no artigo 920 do Código Civil de 1916, cuja interpretação ensejou a edição da Orientação Jurisprudencial nº 54 da SBDI-1, pois, na ação civil pública cujo objeto é uma obrigação de não-fazer, não há sequer condenação em pecúnia que possa ser o principal em relação à multa diária prevista no artigo 11 da Lei nº 7.347/85.**
3. Embargos de declaração providos para sanar omissão e contradição, sem efeito modificativo.

RR 697.656/2000.2 – 1ª Turma – DJU de 1º.11.2007 (MPT-PRT 4 x BRADESCO)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGURANÇA BANCÁRIA. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. O Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada aos 03/03/2005, julgando o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado no processo TST-E-RR-359.993/1999, reconheceu a competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar matéria relacionada a segurança bancária, reconhecendo-a passível de constituir objeto de interesse coletivo de natureza trabalhista. Raciocínio que se aplica igualmente aos direitos individuais homogêneos.
2. Tal entendimento é pertinente em situação na qual a pretensão manifestada em juízo pelo Ministério Público, mediante ação civil pública, consiste em fazer com que o Banco se abstenha de designar empregados da administração para efetuar o transporte de valores, contrariando, assim, norma legal específica (Lei nº 7.102/83, artigos 10, § 4º, e 16) e colocando em risco a higidez física e a segurança de grupo determinado de empregados.
3. Violação do disposto no artigo 114 da Constituição Federal não configurada.
4. Recurso de revista de que não se conhece.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA DA VARA DO TRABALHO EM RAZÃO DO LUGAR.

Nos termos da legislação em vigor, a competência territorial e funcional para processar e julgar ação civil pública é definida em razão da abrangência da pretensão deduzida em juízo. Na hipótese, denunciada **lesão de âmbito regional** resulta competente para apreciação do feito a Vara do Trabalho da capital, por força do que determina o artigo 93, inciso II, da Lei 8.078/90, aplicável à espécie em virtude da previsão

expressa no artigo 21 da Lei nº 7.347/85, regramento específico que regula a ação civil pública. Recurso de revista de que não se conhece.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS COLETIVOS E DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS INDISPONÍVEIS.

Tem legitimidade o Ministério Público do Trabalho para propor ação civil pública, visando tutelar direitos coletivos. Tal é a hipótese sob exame, em que o Parquet Trabalhista persegue a imposição de obrigação de não fazer ao Banco-réu, com efeitos projetados para o futuro, mediante provimento jurisdicional de caráter cominatório, consistente em abster-se de designar, para a realização do transporte de valores, empregados contratados para exercer atividades meramente administrativas. Inteligência dos artigos 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e 129 da Constituição Federal. Tal legitimidade alcança, ainda, os direitos individuais homogêneos, que, na dicção da jurisprudência corrente do excelso Supremo Tribunal Federal, nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), passíveis de tutela mediante ação civil pública, são coletivos. Imperioso observar, apenas, em razão do disposto no artigo 127 da Constituição Federal, que o direito individual homogêneo a ser tutelado deve revestir-se do caráter de indisponibilidade. Recurso de revista de que não se conhece.

ABUSO DO PODER DIRETIVO. DESIGNAÇÃO DE EMPREGADOS EXERCENTES DE ATIVIDADES BUROCRÁTICAS PARA TRANSPORTE DE VALORES. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NA LEI Nº 7.102/93.

Não contraria o disposto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal decisão que qualifica como abusiva e ilegal a conduta patronal consistente em desviar para a realização do transporte de valores atividade que a lei remete à segurança privada empregados contratados para o exercício de atividades administrativas de caráter burocrático, que não receberam o treinamento e a formação específicos de que trata o artigo 16 da Lei nº 7.102/83, de observância compulsória por empresas cuja atividade principal não seja a vigilância ostensiva nem o transporte de valores, mas utilizem quadro funcional próprio para o exercício de tais atividades (artigo 10, § 4º da Lei nº 7.102/83). Recurso de revista de que não se conhece.

MULTA.

Não consubstancia ofensa ao disposto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal a imposição de multa, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 7.347/85, a Banco que utilize, no transporte de valores, pessoal do quadro funcional próprio, contratado para o exercício de atividades burocráticas, não submetido a curso de capacitação e treinamento específicos. Recurso de revista de que não se conhece.

RR 31.560/2002-900-02-00 – rel. min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira – DJe 08.05.2009

RECURSO DE REVISTA – 1- NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – INOCORRÊNCIA – Quando a decisão se mostra bem lançada, com estrita observância das disposições

dos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT, não se cogita de nulidade, por negativa de prestação jurisdicional. Recurso de revista não conhecido. 2- RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO – PRAZO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – O art. 500, I, do CPC deve ser interpretado em conjunto com o art. 188 do mesmo diploma legal, prevalecendo este último por ser regra especial em relação àquele. Assim, o prazo para recorrer, para a Fazenda Pública e para o Ministério Público sempre será em dobro, mesmo na hipótese do recurso adesivo. Precedentes do STF e do STJ. Recurso de revista não conhecido. 3- ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública que tenha por objeto a garantia de direito difuso, qual seja, no caso, o de assegurar a contratação de empregados portadores de qualquer tipo de deficiência, física ou mental, direito este que se encontra resguardado pelo art. 93 da Lei nº 8.213/1991. Recurso de revista não conhecido. 4- INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL ORIGINÁRIA. A competência originária para julgamento da ação civil pública é das Varas do Trabalho, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-2- Ademais, os arts. 652, "a", IV e 678, I, "a", da CLT, não tratam da competência originária para o julgamento de ação civil pública. Logo, não há como se entender pela ofensa literal aos preceitos, na forma da alínea "c" do art. 896 da CLT. Recurso de revista não conhecido. 5- LIMITE TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO DA VARA DE ORIGEM. Para a fixação da extensão dos efeitos da coisa julgada, em sede de ação civil pública, deve-se levar em conta a amplitude do dano causado ou a ser reparado. O que se busca, com a presente ação civil pública, é coibir conduta ilícita da empresa como um todo - E não só nos estabelecimentos localizados na área de jurisdição da Vara do Trabalho. Recurso de revista não conhecido. 6- INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 93 DA LEI Nº 8.213/91 E 3º DO DECRETO 914/93. O recurso de revista não é o meio próprio para se suscitar o controle concentrado de constitucionalidade de lei. Recurso de revista não conhecido. 7- **CLÁUSULA PENAL – LIMITAÇÃO DO VALOR** – Tratando-se de "astreintes", fixadas em face do não cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, prevista no art. 645 do CPC, e não de multa estipulada em cláusula penal, não há que se falar na limitação imposta pelo art. 412 do Código Civil. Recurso de revista não conhecido.

AIRR e RR 187/2002-012-18-00 – 4ª Turma – DEJT 11/09/2009

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO SINDICATO-RECLAMADO. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. APLICAÇÃO DO PRECEDENTE N.º 119 E ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N.º 17 DA SDC DO TST. HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 896 DA CLT NÃO DEMONSTRADAS. O processamento do Recurso de Revista só é possível quando demonstrada a existência de, pelo menos, uma das hipóteses previstas no art. 896 da CLT. Nesse sentido, considerando que a pretensão do Sindicato-Reclamado encontra-se ultrapassada pela atual jurisprudência desta Corte a respeito da matéria, mostra-se impossível processamento do Apelo Revisional, conforme o § 4.º do art. 896 da CLT. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. **RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LIMITAÇÃO DAS ASTREINTES AO VALOR DA**

OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO. 1. Cinge-se a controvérsia em saber se as multas cominatórias diárias aplicadas pelo Juízo de 1.º grau, estabelecidas para a garantia do cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer impostas ao Reclamado, devem, ou não, sofrer as limitações estabelecidas no art. 920 do Código Civil, conforme determinado pelo acórdão regional. 2. Para melhor compreensão da controvérsia, mister se faz o estabelecimento da distinção entre as *astreintes* e as cláusulas penais. 3. As cláusulas penais, regidas pelas disposições dos arts. 408 e seguintes do Código Civil, constituem uma sanção, pena, pelo descumprimento ou mora no cumprimento das obrigações, conforme seja multa compensatória ou moratória, respectivamente. **Já a multa cominatória, denominada *astreinte* pela doutrina, além de não ter a natureza jurídica de sanção, é regida por disposições próprias, não se sujeitando ao disposto no Código Civil. É uma forma de coerção patrimonial, pela qual se objetiva o cumprimento da obrigação e a efetividade do processo. Não visa sancionar o inadimplemento, como ocorre com a cláusula penal.** 4. Nesse contexto, **se as multas diárias impostas pelas Instâncias ordinárias (*astreintes*) não se sujeitam às limitações e disposições do Código Civil, não devem, por conseguinte, serem limitadas ao valor da obrigação principal.** Recurso de Revista conhecido e provido.

RR 81300-56.2002.5.03.0017 Data de Julgamento: 16/12/2009, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 05/02/2010.

RECURSO DE REVISTA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

O Tribunal Regional entregou a decisão com fundamentos precisos e suficientes para não inquirir a decisão de nulidade, não sobejando espaço para se falar em negativa de prestação jurisdicional. Portanto, incólumes os arts. 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX, da Constituição Federal. **ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** A Constituição do Brasil, no seu art. 129, incisos III e IX, e a Lei Complementar n.º 75/93, no seu art. 83, inciso III, dão legitimidade ao - *Parquet* - para ajuizar **Ação Civil Pública** em defesa dos interesses coletivos e difusos dos trabalhadores. Portanto, o MPT está legitimado para aforar **Ação Civil Pública** para a defesa de interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos, desde que, como *in casu*, ligados de alguma forma ao Direito do Trabalho.

JULGAMENTO - EXTRA PETITA -. MULTA COMINATÓRIA. ALTERAÇÃO DO TERMO A QUO.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 461 E SEQUENTES DO CPC. 1. As ações que tenham como objeto o cumprimento de uma obrigação de fazer ou de não fazer são regidas pelo disposto no art. 461 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (art. 769 da CLT). Em seu § 4.º, o art. 461 do CPC autoriza, expressamente, a imposição de multa diária, inclusive de ofício pelo Juízo, para o caso de descumprimento do comando judicial contido na sentença ou na decisão que antecipe a tutela. Trata-se de um instrumento coercitivo do Juízo, tendo como finalidade pressionar o devedor para que ele cumpra o que lhe foi determinado por uma obrigação de fazer ou não fazer. 2. Nesse contexto, é inadmissível conceber que a aplicação de multa por descumprimento de obrigação de fazer, como meio de tutela

antecipada, acarrete julgamento - *extra petita* - ou - *reformatio in pejus* -. O Juízo somente está se valendo do disposto no art. 461, § 4.º, da CLT. 3. De outro lado, não ofende os arts. 5.º, XXXVI, da Constituição Federal e 515 do CPC, a fixação do termo inicial da multa dada pelo Regional, porquanto o próprio § 6.º do art. 461 do CPC, permite que o Juiz, a qualquer tempo e de ofício, modifique o valor e a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. Frise-se, ademais, que qualquer alteração que o Juízo faça na multa estará se valendo dos termos da cláusula - *rebus sic stantibus* -, perfeitamente incidente ao caso. 4. Por fim, quanto ao momento de exigibilidade da multa, se antes ou depois do trânsito julgado, conquanto o art. 12, § 2.º, da Lei n.º 7347/85 estipule que -a multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento-, não se vislumbra violação direta e literal do art. 5.º, LV, da Constituição Federal, como exigida pela alínea -c- do art. 896 da CLT, pois a lesão ao referido preceito constitucional prescinde de ofensa à norma infraconstitucional - no caso, o art. 12, § 2.º, da Lei n.º 7347/85 - de modo que, somente após caracterizada esta última, pode-se, indireta e reflexamente, concluir que aquela foi igualmente afrontada.

PENA DE CONFISSÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DIREITO INDISPONÍVEL.

Conquanto na atuação como parte o Ministério Público do Trabalho detenha os mesmos ônus que às demais partes (art. 81 do CPC), o direito protegido pelo Ministério Público, neste caso, é indisponível e, em relação a este direito, não é permitida a confissão (art. 351 do CPC). Acresça-se a esse raciocínio a aplicação analógica do parágrafo único do art. 302 do CPC, segundo o qual o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao Ministério Público, justamente por estar o Ministério Público protegendo direitos indisponíveis. Se ao Ministério Público é permitido se defender genericamente, não gerando presunção de serem verdadeiros os fatos não impugnados especificadamente, do mesmo modo não se aplica a confissão ao caso de sua ausência em audiência de instrução.

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA E COOPERADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. AUTO DE INFRAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.

Não se vislumbra as apontadas violações, porquanto o Regional considerou que a prova documental, em especial os autos de infração acostados, comprovam as irregularidades apontadas na inicial, o que faz com que incida o óbice da Súmula n.º 126 do TST. Ademais, por estar o ato administrativo revestido da presunção de veracidade (art. 334, IV, do CPC), não caberia ao Ministério Público do Trabalho apresentar provas para confrontá-lo, mas à parte que contra ele investe, o que não ocorreu.

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

SÚMULA N.º 126 DO TST. o Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório, consignou que os documentos colacionados nos autos evidenciam que a Reclamada admitiu estagiários em desconformidade com o referido diploma legal. Nesse contexto, qualquer outra consideração a respeito somente seria possível mediante o reexame do conjunto fático probatório, hipótese inadmissível nesta fase extraordinária (Súmula n.º 126 do TST).

COISA JULGADA E SEUS EFEITOS. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS IMPOSTOS PELA DECISÃO. VIOLAÇÃO LEGAL NÃO VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO.

Afasta-se a alegação de violação do art. 16 da Lei n.º 7347/85, com a alteração promovida pela Lei n.º 9494/97, segundo o qual se preceitua que -a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator-, afigurando-se razoável a interpretação

conferida aos termos do artigo, tendo em vista que os efeitos da decisão proferida em favor de determinado grupo deve atingi-lo como um todo, dada a indivisibilidade do direito. **CORREÇÃO MONETÁRIA. ASTREINTE. INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL DO ART. 39 DA LEI N.º 8177/91. SÚMULA N.º 221, INCISO II, DO TST.** A Corte de origem apenas conferiu interpretação razoável ao art. 39 da Lei n.º 8177/91. Dessa feita, emerge como obstáculo à revisão pretendida a Súmula n.º 221, inciso II, do TST. **Recurso de Revista não conhecido.**

RR 94500-35.2004.5.05.0008 – 7ª Turma – Publicação: DEJT 24/09/2010

RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO E “ASTREINTES”. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DO ENTE PÚBLICO.

O Tribunal Regional reconheceu a fraude praticada pelo réu, concernente à contratação de estagiários, sem a observância dos limites e dos requisitos previstos na legislação pertinente. Registrou que a conduta do ente público revelou seu desprezo para com a legislação trabalhista e permitiu a exploração da mão-de-obra de estudantes - menores de idade, em sua maioria, por meio de contrato fraudulento. Também consignou que, ao agir assim, o réu violou os princípios da legalidade e da moralidade. Nesse contexto, condenou o ente público às obrigações de fazer e de não fazer, insertas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” do item 1 do rol de pedidos da petição inicial. Todavia, rejeitou o pedido concernente à fixação de indenização para a reparação dos **danos morais coletivos**, decorrentes da conduta do réu, bem como indeferiu a pretensão relativa à fixação de multa diária (“astreintes”), para assegurar o cumprimento daquelas obrigações. Nesses pontos, fundamentou a decisão na impossibilidade de se condenar uma pessoa jurídica de direito público interno a pagar indenização e multa em favor de outra entidade de caráter público o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Insustentável a tese regional. Com efeito, o Fundo de Amparo ao Trabalhador é órgão federal, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tem a finalidade específica de custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como a de financiar programas de desenvolvimento econômico. Não se confunde, portanto, com a pessoa do réu. Assim, constatada a ocorrência do **dano moral coletivo**, como se verifica na hipótese dos autos, é plenamente cabível a condenação do ente público responsável, ao pagamento da indenização pertinente, conforme prevê o artigo 37, § 6º, da Constituição

Federal . O mesmo se diga em relação às “astreintes” . Ora, a multa diária prevista no artigo 461, § 4º , do CPC constitui meio eficiente, para garantir o cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer, como as que foram impostas ao réu. Novamente, não prospera a tese da Corte “a quo” , no sentido de que não seria lógico condenar um ente público a pagar multa em favor de outra entidade de caráter público. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.

AIRR 156340-08.2003.5.18.0012 – Publicação: DEJT 26/11/2010

Agravante: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

EMENTA : AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Não há que se cogitar de nulidade, por negativa de prestação jurisdicional, quando a decisão atacada manifesta tese expressa sobre todos os aspectos manejados pela parte, em suas intervenções processuais oportunas, ainda que de forma contrária a seus desígnios. **2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGURANÇA BANCÁRIA. INSTALAÇÃO DE PORTAS DE SEGURANÇA.** Conforme precedentes reiterados desta Corte Superior, a Justiça do Trabalho tem competência para conhecer e julgar ação civil pública visando à proteção dos interesses coletivos dos trabalhadores bancários, ligados à segurança do trabalho, uma vez que a controvérsia é de natureza trabalhista. Ileso o art. 114 da Constituição Federal. Óbice do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333 do TST. **3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, nos exatos limites dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas a e d e 84 da Lei Complementar nº 75/93. **4. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS - COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR.** Não ocorrem as violações legal e constitucional evocadas, uma vez que o Regional, com amparo no art. 30, I e II, da Carta Magna, partiu da premissa de que a segurança constitui matéria de interesse local. **5. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER - INSTALAÇÃO DE PORTAS GIRATÓRIAS COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA.** Não se verifica a possibilidade de ofensa ao princípio da legalidade insculpido no art. 5º, II, da Constituição Federal, de vez que a matéria tratada, objeto da ação civil pública, refere-se à redução dos riscos inerentes ao trabalho, com respaldo no comando do art. 7º, XXII, da Carta Maior. **6. MULTA. PRAZO PARA INSTALAÇÃO DAS PORTAS GIRATÓRIAS E VIDROS LAMINADOS E RESISTENTES AO IMPACTO DE PROJÉTEIS DE ARMAS DE FOGO DE GROSSO CALIBRE, NAS PORTAS DE ENTRADA, JANELAS E FACHADAS FRONTAIS NOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS.** Nos termos do art. 461 do CPC, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica

da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. Não bastasse, de acordo com o art. 3º da Lei nº 7.347/85, a ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, além do que, no art. 11 do mesmo dispositivo, há previsão de que na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor. **7. INDENIZAÇÃO POR DANOS SOCIAIS EMERGENTES.** Nos termos do art. 186 do novo Código Civil, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Por sua vez, o art. 927 do mesmo diploma legal disciplina que aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo, e, em seu parágrafo único preconiza que haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, sua natureza, risco para os direitos de outrem. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

RR 162000-51.2005.5.02.0046 – Publicação: DEJT 11.02.2011

Relator Min. João Batista Brito Pereira

Recorrente(s) Volkswagen do Brasil Ltda.

Recorrido(s) Ministério Público do Trabalho da 2ª Região

Procurador Dr. Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade

DECISÃO : , por unanimidade, não conhecer do Recurso de Revista.

EMENTA : PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A manifestação do Tribunal Regional sobre os pontos suscitados no Recurso Ordinário significa prestação jurisdicional plena, não ensejando, pois, declaração de nulidade. **PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR.** A competência para apreciar originariamente a ação civil pública, em virtude do critério da hierarquia, é a Vara do Trabalho. Na hipótese, o Ministério Público defende os interesses dos empregados em todos os estabelecimentos da reclamada dentro do Estado de São Paulo. Assim, não há violação ao art. 651 da CLT. **LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** No caso, o Tribunal Regional manteve a legitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público do Trabalho, sob o fundamento de que o pedido deduzido na Ação Civil Pública diz respeito à ilegalidade da prática patronal de impedir a concessão de bolsa de estudos ou promoções, para aqueles funcionários que possuísem ação ajuizada contra a empresa-ré (fls. 263). Esta Corte admite o ajuizamento de ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos, uma vez que reconhecidos como subespécie de interesses coletivos. **CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS E PARA PROMOÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS.** Tendo o Tribunal Regional consignado que não subsiste ao cotejo da robusta prova documental trazida pelo Parquet, sobressaindo

a incontestável presença do reprovável critério de '*Não ter processos trabalhistas contra a Volkswagen*', elencado pelo setor de Recursos Humanos da Reclamada para a concessão do incentivo (bolsa de estudo), carreado às fls. 12, assim como inúmeros pedidos de desistência (fls. 20/105) e declarações de seus funcionários, confirmando a odiosa prática patronal, trazidas às fls. 106/114 (fls. 264) e argumentando a reclamada que não há prova de que obstaculize o acesso a bolsas de estudo aos empregados que tenham ações judiciais em trâmite, tem incidência a orientação contida na Súmula 126 do TST. **DANOS MORAIS COLETIVOS.** Esta Corte tem entendimento de que a coletividade detém interesses de natureza extrapatrimonial, que, violados, geram direito à indenização por danos morais. **MULTA DIÁRIA.** A multa diária (*astreintes*) é disciplinada pelo art. 461 do CPC, cujo aumento ou redução fica a critério do magistrado. Não há, portanto, violação direta e literal ao art. 920 do Código Civil de 1916. Recurso de Revista de que não se conhece.

AIRR 53240-11.2005.5.05.0018 - Publicação: DEJT 29.04.2011

Relatora: Ministra Dora Maria da Costa

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSERÇÃO DE PPDs NA ATIVIDADE PRODUTIVA. EXCLUSÃO DOS MOTORISTAS. Não se verifica ofensa literal ao art. 93 da Lei nº 8.213/91, na forma preconizada na alínea c do art. 896 Consolidado, na medida em que **o comando legal reputado violado não estabeleceu nenhuma ressalva ou exceção acerca das funções existentes na empresa para compor o percentual dos cargos destinados à contratação de pessoas com deficiência.** **2. MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER.** O Regional, ao manter a sentença que havia aplicado a multa por obrigação de fazer, mas reduzindo consideravelmente o respectivo montante, não resolveu a controvérsia pelo prisma dos arts. 5º, LIV, e 37, *caput*, da CF, de modo que incide sobre a hipótese o óbice da Súmula nº 297, I, do TST, por ausência de prequestionamento. **Agravo de instrumento conhecido e não provido.**

RR 107500-26.2007.5.09.0513 - Publicação: DEJT 23.09.2011

Relator: Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Procurador: Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Recorrida: Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "Ação Civil Pública - Condenação da Ré em Obrigação de Não Fazer - Conduta Regularizada no Curso do Processo - Multa Cominatória - Cabimento", por violação dos arts. 461, § 4º, do CPC e 11 da Lei nº 7.347/58, e, **quanto ao tema "Indenização por Dano Moral Coletivo", por violação do art. 13 da Lei nº 7.347/58; e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença.**

EMENTA: RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONDENAÇÃO DA RÉ EM OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - CONDUTA REGULARIZADA NO CURSO DO PROCESSO - MULTA COMINATÓRIA - CABIMENTO. A priorização da tutela específica na ação civil pública, que é consectário das previsões contidas nos artigos 3º e 11 da Lei nº 7.437/85, mais do que assegurar às partes o acesso ao bem da vida efetivamente perseguido através do processo, traz consigo valiosa possibilidade por buscar-se tanto a tutela reparatória - aquela que se volta à remoção do ilícito já efetivado - quanto à tutela inibitória, consistente na qualidade da prestação jurisdicional que busca evitar a consumação do ilícito e que, portanto, prescinde do dano. Independentemente da modalidade de tutela específica perseguida, tem-se que a efetividade, e mesmo a autoridade da decisão jurisdicional que a determina, fica condicionada à utilização de meios de coerção que efetivamente constranjam o demandado a cumprir a prestação específica que lhe foi imposta. A multa cominatória já prevista no artigo 11 da Lei nº 7.437/85, e que também encontrava respaldo no § 4º do artigo 84 do CDC, foi generalizada no processo civil pelo § 4º do art. 461 do CPC e revela-se como instrumento pilar da ação civil pública, que hoje se constitui num dos mais efetivos meios de judicialização dos valores consagrados pela ordem constitucional. No caso, a pretensão deduzida pelo Ministério Público do Trabalho compõe-se de pedidos com naturezas jurídicas distintas: foi postulada condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, como forma de reparar a coletividade pela violação da ordem jurídica já consumada, como também foi postulada a imposição, à ré, de obrigação de não fazer consistente na abstenção da exigência de horas extraordinárias de seus empregados fora dos limites legais, mediante tutela específica. Como forma de assegurar a efetividade do comando jurisdicional, constou do pedido da presente ação civil pública a imposição de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 por trabalhador envolvido. Nesse contexto, a constatação de que a reclamada efetivamente violava as regras atinentes à jornada dos trabalhadores foi suficiente à imposição da obrigação, condenação esta que o juízo de primeiro grau acertadamente subsidiou com a imposição de multa pelo eventual descumprimento. Assim é que a superveniente adequação da ré à conduta imposta na sentença, a uma, não a isenta de responder pelo descumprimento de decisão judicial já verificado, porque aqui já se perfez a inadequação processual da conduta da empresa, que em nada se confunde com o acerto ou desacerto de suas práticas econômicas; a duas, não afasta a penalidade abstratamente imposta, uma vez que a adequação atual da conduta da empresa ao comando legal - que, aliás, não foi espontânea, mas resultado da coerção promovida pelo Poder Judiciário, após atuação incisiva do Estado por meio do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho - não pode representar a isenção dos mecanismos de coação estatal a que esta situação regular perdure. Em última análise, a tutela que, num primeiro momento, caracterizava-se como reparatória, a partir da adequação da conduta empresarial converte-se em inibitória, ou seja, preventiva da lesão, que, por isso mesmo, prescinde da demonstração do dano. Impor à ré obrigação de não fazer sem imputar-lhe a multa cabível por eventual descumprimento desse mandamento significa subtrair força à autoridade das decisões dessa Justiça Especializada e, por consequência, também à atuação do Ministério

Público do Trabalho no cumprimento de seu mister constitucional. Recurso de Revista conhecido e provido.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. O dano moral coletivo, compreendido como a lesão injusta e intolerável a interesses ou direitos titularizados por toda a coletividade (considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões - grupos, classes ou categorias de pessoas) os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade (Xisto Tiago de Medeiros Neto. O dano moral coletivo. São Paulo: LTr, 2006), ampara-se em construção jurídica diversa daquela erigida acerca do dano moral individual, não sendo possível enquadrar o instituto a partir dos modelos teóricos civilistas clássicos. **A ofensa a direitos transindividuais, que demanda recomposição, se traduz, objetivamente, na lesão intolerável à ordem jurídica, que é patrimônio jurídico de toda a coletividade, de modo que sua configuração independe de lesão subjetiva a cada um dos componentes da coletividade ou mesmo da verificação de um sentimento coletivo de desprezo ou repulsa, ou seja, de uma repercussão subjetiva específica. É nesse contexto que resulta incabível perquirir, na conduta da ré no caso concreto, a existência de incômodo moral com gravidade suficiente a atingir não apenas o patrimônio jurídico dos trabalhadores envolvidos, mas o patrimônio de toda a coletividade. O que releva investigar, no caso em tela, é a gravidade da violação infligida pela ré à ordem jurídica. A coletividade é tida por moralmente ofendida a partir do fato objetivo da violação da ordem jurídica.** No caso, **impossível afastar da conduta da ré tal caráter ofensivo e intolerável porque caracterizado o descumprimento de norma relativa a limitação da jornada de trabalho, inserida no rol das normas de indisponibilidade absoluta, eis que tem por bem jurídico protegido a saúde e a segurança dos trabalhadores.** Ademais, **embora a reclamada pretensamente tenha adequado sua conduta às disposições legais no curso do processo judicial, restou firmado nos autos que por lapso temporal significativo a empresa procedeu mediante violação da ordem jurídica, o que é suficiente para caracterizar o dano moral coletivo e, por conseguinte, justificar a recomposição da coletividade mediante pagamento de indenização. A medida é punitiva e pedagógica:** funciona como forma de desestímulo à reiteração do ilícito e sanciona a empresa, que, de fato, **teve favorecido ilicitamente seu processo produtivo e competiu em condições desproporcionais com os demais componentes da iniciativa privada.** Cuida-se aqui, de **reprimir o empregador que se enriquece ilicitamente a partir da inobservância do ordenamento justralhista.** Recurso de Revista conhecido e provido.

RR 36800-90.2005.5.01.0004 - Publicação: DEJT 21.10.2011

Relator: Min. Emmanoel Pereira

Recorrente: Editora Abril S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 1ª Região

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL.

O Tribunal Regional de origem esgotou a apreciação da matéria, tendo consignado os fundamentos que lhe formaram a convicção, bem como discutido as questões relevantes para o deslinde da controvérsia, configurando-se, assim, a efetiva prestação jurisdicional. **Não conhecido.**

LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

Conforme assenta tranquila jurisprudência dessa Corte, o Ministério Público do Trabalho é parte legítima para promover ação civil pública fundada em violação de direitos coletivos - coletivos, difusos, individuais homogêneos - decorrentes da relação de trabalho. Precedentes. **Não conhecido.**

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Por força do disposto no artigo 130 do CPC, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem como indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias. No caso em tela, a oitiva de testemunha ou as perguntas indeferidas, em nada acrescentaria ou esclareceria a respeito de aspectos relevantes à composição do litígio, uma vez que o Regional considerou que as mesmas se revelariam *inúteis, conforme se infere claramente da fundamentação*. O indeferimento da oitiva da testemunha e o indeferimento de perguntas corresponderam ao regular exercício da direção do processo pelo magistrado de origem. **Não conhecido.**

NULIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA.

O Ministério Público do Trabalho pretendia que a empresa se abstivesse de contratar trabalhadores sob a fachada de representação comercial. Nesse sentido, a decisão determinou a abstenção da prática, a partir da tutela antecipada concedida. Ou seja, a partir daí a empresa não mais poderia contratar tais representantes comerciais e, por óbvio, também a partir desse momento, deveria proceder de forma regular, na forma da CLT, na contratação de seus trabalhadores. A decisão, como se vê, observou estritamente os limites do pedido, restando intactos os dispositivos mencionados. **Não conhecido.**

VÍNCULO DE EMPREGO. REPRESENTANTE COMERCIAL AUTÔNOMO.

A matéria tem contornos nitidamente fáticos, motivo pelo qual, para se entender que não estão presentes os requisitos formadores da relação de emprego, seria necessário novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado nesta instância recursal. Incidência da Súmula 126, desta Corte. **Não conhecido.**

REVOGAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.

Observa-se do acórdão que o Regional não examinou a matéria regulada pelos artigos 273, §2º e 3º, e a parte não procurou obter o necessário pronunciamento sobre sua aplicação no caso concreto. Por isso, incide, na espécie, o óbice contido na Súmula nº 297 do TST. **Não conhecido.**

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER.

A condenação foi mantida, motivo pelo qual não há que se falar em reforma do acessório - multa. Intacto, portanto, o artigo 92, do CC. Quanto a redução do seu valor, observa-se que as *astreintes* devem ser fixadas em valores significativos o suficiente para compelir a parte a satisfazer a obrigação, seja ela de fazer ou não fazer, o quanto antes. Por outro lado, destaca-se que a decisão está em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista a relevância social da demanda. **Não conhecido.**

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.

Nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 130, da SBDI-2, *para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.* Evidente, pois, que, **uma vez ajuizada a ação perante uma Vara do Trabalho da Capital, os efeitos da decisão devem abranger todo o Estado.** Não conhecido.

EMBARGOS PROTETATÓRIOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A condenação por multa de litigância de má-fé e honorários advocatícios, teve por base tão-somente o caráter protetatório da oposição de embargos de declaração. No entanto, para isso, existe regramento próprio, prevista no parágrafo único, do artigo 538, do CPC. Não foram identificados, pela Corte revisora, quais outros atos processuais amparavam a aplicação da penalidade por litigância de má-fé. Inviável, portanto, a cumulação dos institutos. Precedentes. **Conhecido e provido, no particular.**

E-ED-RR 63500-05.2007.5.24.0001 – SBDI-1 – Publicação: DEJT 31.08.2012

Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Embargante: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

RECURSO DE EMBARGOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DO TRCT. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. POSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INESPECÍFICA. Inespecífica é a divergência jurisprudencial que limita a dispor que a homologação tardia da rescisão contratual não é fato gerador da multa de que trata o art. 477, § 8º, da CLT, sem enfrentar o fundamento da c. Turma de que não há lei estabelecendo prazo para a homologação do TRCT (art. 477, § 4º, da CLT) e, ainda, que **é cabível a fixação de astreintes na hipótese de mora do empregador na homologação da rescisão contratual.** Embargos não conhecidos.